

Águas de
Teresina
Saneamento
SPE S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de
junho de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de fevereiro a 30 de junho de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de fevereiro a 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	30/06/2017	Passivos	Nota	30/06/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	105	Fornecedores e empreiteiros	8	428
Ativo fiscal corrente		23	Obrigações trabalhistas e sociais		292
Outros créditos	5	<u>358</u>	Obrigações fiscais		113
Total do ativo circulante		<u>486</u>	Outras contas a pagar	9	<u>88.030</u>
			Total do passivo circulante		<u>88.863</u>
Outros créditos	5	<u>26</u>			
Total do realizável a longo prazo		<u>26</u>	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	1.171
			Outras contas a pagar	9	<u>72.100</u>
Intangível	7	<u>163.166</u>	Total do passivo não circulante		<u>73.271</u>
Total do ativo não circulante		<u>163.192</u>	Patrimônio líquido	10	
			Capital social		4.330
			Prejuízos acumulados		<u>(2.786)</u>
			Patrimônio líquido		<u>1.544</u>
Total do ativo		<u>163.678</u>	Total do passivo		<u>162.134</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>163.678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado

Período de 21 fevereiro à 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017
Receita operacional líquida	11	1.571
Custos dos serviços prestados	12	<u>(1.571)</u>
Lucro bruto		<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	13	<u>(2.841)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(2.841)</u>
Receitas financeiras	14	59
Despesas financeiras	14	<u>(4)</u>
Resultado financeiro		<u>55</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(2.786)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(2.786)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 21 fevereiro à 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017
Prejuízo do período	<u>(2.786)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2.786)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 21 fevereiro à 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital em 21/02/2017	1	-	1	-	1
Subscrição de capital em 21/02/2017	86.578	(86.578)	-	-	-
Integralização de capital em 21/03/2017	-	4.329	4.329	-	4.329
Prejuízo do período	-	-	-	(2.786)	(2.786)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>86.579</u>	<u>(82.249)</u>	<u>4.330</u>	<u>(2.786)</u>	<u>1.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 21 fevereiro à 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes dos impostos	(2.786)
Ajustes para:	
Amortização	8
	<u>(2.778)</u>
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) / Diminuição dos ativos	
Ativos fiscais correntes	(23)
Outros créditos	(384)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	
Fornecedores e empreiteiros	428
Obrigações trabalhistas e sociais	292
Obrigações fiscais	113
	<u>(2.352)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(2.352)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de intangível	(3.044)
	<u>(3.044)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(3.044)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Aumento de capital	4.330
Contas correntes partes relacionadas	1.171
	<u>5.501</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>5.501</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>105</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 21 de fevereiro	-
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	<u>105</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>105</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Teresina, Piauí. A Companhia foi constituída em 21 de fevereiro de 2017 de acordo com os termos do Edital de Concorrência pública nº 001/2016, e contrato firmado em 22 de março de 2017.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados no município de Teresina, Piauí, pelo prazo de 30 anos.

O contrato prevê um total de investimento (valores históricos) para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão no montante de R\$ 1.731.583, firmados na data da assinatura. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) manter a cobertura de 100% de água potável até o final da concessão; (ii) cobertura de esgotamento sanitário de 68% até 2018, 74% em 2022, 80% até 2026 e atingir 90% em 2031 devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2018 para 38%, 2022 para 30%, 25% de 2026 até o final da concessão.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 88.377. A Companhia possui suporte financeiro da controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com seus compromissos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 28 de agosto de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de junho de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 07 - definição de vida útil do ativo intangível;

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) (ICPC nº 01) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) (CPC nº 17) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando houver e, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “k”;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material e mão de obra direta.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é testado anualmente, quando aplicável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 30 de junho de 2017 e com relação a este assunto

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS).

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

k. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

I. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros/CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes/CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada desse IFRS - 16 Arrendamento não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	30/06/2017
Bancos conta movimento	105
	<u>105</u>

5 Outros créditos

	30/06/2017
Adiantamento a fornecedores	246
Despesas antecipadas	138
	<u>384</u>
Circulante	358
Não circulante	26

6 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 30 de junho de 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 163 registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2017 bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o período são demonstradas no quadro a seguir:

Passivo circulante	30/06/2017
Fornecedores partes relacionadas - (nota explicativa nº 8)	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	29
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	153
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	4
Águas do Mirante S.A. (a)	28
	214
Contas correntes a pagar partes relacionadas	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	200
Vila Velha Ambiental SPE S.A. (b)	971
	1.171
	1.385
	30/06/2017
Despesas de vendas, administrativas e gerais	
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	2
	2

- (a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação, Contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A. e repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e/ou atualização monetária.

7 Intangível

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	30/06/2017		
			Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	30	3,3%	161.600	(8)	161.592
Máquinas e equipamentos	10	10,0%	3	-	3
			161.603	(8)	161.595
Intangível em andamento					
Intangível em andamento			1.571	-	1.571
			1.571	-	1.571
			163.174	(8)	163.166

b. Movimentação do custo

Ativo	30/06/2017	
	Adições	Custo
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de Concessão	161.600	161.600
Máquinas e equipamentos	3	3
	161.603	161.603
Intangível em andamento		
Intangível em andamento	1.571	1.571
	1.571	1.571
	163.174	163.174

c. Movimentação da amortização

Ativo	30/06/2017		
	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de Concessão	(8)	-	(8)
	(8)	-	(8)

8 Fornecedores e empreiteiros

	30/06/2017
Fornecedores de materiais e serviços	214
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 6)	214
	428

9 Outras contas a pagar

	30/06/2017
Direito de outorga a pagar	160.130
	160.130
Circulante	88.030
Não circulante	72.100

O saldo refere-se aos valores a pagar de outorga ao município de Teresina - PI referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão, conforme edital de concorrência pública nº 001/2016, processo nº AA.010.1.000708/15-00 e contrato de concessão assinado em 22 de março de 2017. Os valores serão pagos em duas parcelas, devendo a primeira parcela ser paga dentro do período de seis meses contados a partir da assinatura do contrato de concessão no montante de R\$ 88.030, o qual foi pago em 07 de julho de 2017 e a segunda parcela deverá ser paga em até doze meses contados a partir da emissão da Ordem de Início, para julho de 2017, no montante de R\$ 72.100, totalizando R\$ 160.130.

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 21 de fevereiro de 2017 a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., integralizou R\$ 1 na Companhia e subscreveu R\$ 86.578 de capital social. Em 21 de março de 2017, a acionista integralizou R\$ 4.329 em moeda corrente, totalizando um capital social integralizado de R\$ 4.330 representado por 4.329.958 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2017 a acionista e o respectivo percentual de participação está assim apresentado:

	30/06/2017
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%
	<u>100,00%</u>

11 Receita operacional líquida

	30/06/2017
Receita de prestação de serviços	
Receitas de construção	1.571
Total da receita operacional líquida	<u>1.571</u>

12 Custos dos serviços prestados

Custo de construção	(1.571)
	<u>(1.571)</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2017
Pessoal	(652)
Conservação e manutenção	(6)
Serviços de terceiros	(205)
Materiais, equipamentos e veículos	(134)
Amortização	(8)
Viagens e estadias	(1.180)
Locação	(131)
Publicidade e propaganda	(474)
Outras	(51)
	<u>(2.841)</u>

14 Resultado financeiro

	30/06/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	59
Receitas financeiras	59
Despesas com IOF	(1)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(3)
Despesas financeiras	(4)
Resultado financeiro	55

15 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado. No período findo em 30 de junho de 2017 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	30/06/2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.786)
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	947
Despesas indedutíveis	(31)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(916)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-
Alíquota efetiva	-

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	30/06/2017
Provisão para participação nos lucros	38
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	878
	916

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

16 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no período atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2017:

30/06/2017				
	Valor contábil	Fluxo financeiro		
		projetado	Até 12 meses	13 a 48 meses
Passivos				
Fornecedores e empreiteiros	428	428	428	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	1.171	1.171	-	1.171
Outras contas a pagar	160.130	160.130	88.030	72.100
	161.729	161.729	88.458	73.271

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Passivos		Total em 30/06/2017
		Empréstimos e recebíveis	pelo custo amortizado	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	105	-	105
Total		105	-	105
Passivos				
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	-	1.171	1.171
Fornecedores e empreiteiros	8	-	428	428
Outras contas a pagar	9	-	160.130	160.130
Total		-	161.729	161.729

17 Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além do compromisso mencionado na nota explicativa nº 9 - Outras contas a pagar, a Companhia assumiu o compromisso da Águas e Esgoto de Piauí S.A. - AGESPISA do repasse de 3% do lucro líquido ao Município. Também há o compromisso mensal de pagamento ao Agente Regulador referente à taxa de regulação, que corresponde a 1,1% da receita bruta.

18 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

19 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	<u>30/06/2017</u>
Total das adições do intangível (Nota 7)	163.174
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	<u>(160.130)</u>
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>3.044</u>
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Provisão de outorga (Nota 9)	<u>160.130</u>
	<u>160.130</u>

20 Eventos Subsequentes

Em 19 de julho de 2017 a Companhia contratou uma linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário - CCB) com o *China Construction Bank* no montante de R\$ 60.000. Os recursos serão utilizados para pagamento de outorga da Companhia (empréstimo ponte). O empréstimo tem vencimento em 17 de outubro de 2017 e conta com garantia fidejussória da interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.

* * *

Jackson Luis da Silva Santos
Contador CRC PR 034233/O